

Pós-eleição: os desafios estratégicos do próximo governo



» GUNTHER RUDZIT
Professor de relações internacionais da ESPM, professor convidado da Universidade da Força Aérea (Unifa), membro do Grupo de Análise da Conjuntura Internacional da USP

O eleitor brasileiro historicamente não vota pensando em política externa. O problema é que, pela primeira vez em décadas, a forma como o Brasil se insere na ordem internacional pode determinar uma parcela crescente dos problemas sobre os quais ele vota.

Quando terminar o segundo turno, os desafios do próximo presidente já estarão em boa medida definidos. Eles não dependem do resultado das urnas. A ordem internacional através uma ruptura. A competição entre Estados Unidos e China alcançou áreas antes tratadas como econômicas ou tecnológicas. Semicondutores, inteligência artificial, minerais críticos, energia e infraestrutura passaram a ser analisados também sob a ótica da segurança nacional.

Isso coloca em questão uma resposta tradicional da política externa brasileira: buscar autonomia por meio da diversificação de parceiros, da equidistância e de relações de geometria variável. Essa estratégia funcionava melhor em uma ordem na qual economia, tecnologia, comércio e segurança eram vistos como esferas relativamente separadas e predominava a expectativa de que a interdependência produziria benefícios compartilhados. Esse ambiente mudou.

A Estratégia de Segurança Nacional americana de 2025 recolocou o Hemisfério Ocidental entre as prioridades de Washington. Ao mesmo tempo, a China tornou-se indispensável ao comércio exterior brasileiro e responde

por parcela decisiva do superavit comercial do país.

O Brasil está, portanto, inserido no espaço estratégico que os Estados Unidos voltaram a tratar como prioritário e, simultaneamente, mantém com a China uma relação comercial estrutural. Equidistância diplomática não elimina essa dupla dependência.

O próximo governo terá de identificar quais dessas dependências podem se transformar em vulnerabilidades e em quais setores substituir fornecedores, tecnologias ou mercados seria difícil, lento ou excessivamente caro. Daí decorre um segundo desafio: a segurança econômica.

Já não basta perguntar quanto investimento será atraído ou qual será o impacto sobre as exportações. É preciso saber também quem controla determinada tecnologia, onde ocorre o processamento de um mineral crítico e o que acontece se determinado acesso for interrompido.

O Brasil tem recursos minerais, energia, capacidade agrícola e mercado consumidor. Mas possuir recursos não significa automaticamente possuir poder. O desafio será transformá-los em capacidade industrial e tecnológica e reduzir vulnerabilidades externas.

O mesmo raciocínio vale para a defesa nacional. As guerras recentes mostram que drones, inteligência artificial, satélites e redes digitais estão transformando rapidamente o poder militar. O problema brasileiro não será apenas comprar equipamentos, mas compreender como essas tecnologias alteram doutrina, organização e indústria.

Uma força pode possuir sistemas sofisticados e, ainda assim, depender de componentes, software, satélites ou munições cuja disponibilidade esteja fora de seu controle. Defesa e segurança econômica já não podem ser pensadas separadamente.

Há ainda um desafio diretamente ligado ao

entorno regional: a expansão do crime organizado transnacional. Organizações que operam a partir do território brasileiro conectam fronteiras, portos, fluxos financeiros, armas, drogas e mercados externos. Combatê-las exige segurança pública, inteligência financeira, fiscalização aduaneira, cooperação internacional e controle de fronteiras.

Não é apenas um problema policial. É justamente aí que aparece talvez o desafio institucional mais importante. O Brasil precisa de uma política de segurança nacional capaz de coordenar problemas que já não cabem nas fronteiras tradicionais dos ministérios e das agências.

Segurança nacional não é sinônimo de defesa nacional, nem pode ser reduzida à segurança pública. Ela exige integrar política externa, defesa, inteligência, economia, infraestrutura, tecnologia, fronteiras, segurança pública e sistema financeiro.

O crime organizado transnacional é apenas um exemplo. Infraestrutura crítica, segurança energética e dependência tecnológica também atravessam competências distribuídas pelo Estado. Cada instituição pode cumprir sua missão e, ainda assim, o país permanecer vulnerável se não houver coordenação.

O eleitor pode continuar não votando sem perceber quanto sua vida é afetada pela inserção internacional do Brasil. Mas o próximo presidente dificilmente poderá governar sem definir como o Brasil pretende se inserir nessa nova ordem internacional.

Qualquer que seja o resultado das urnas, autonomia não significará apenas manter distância entre grandes potências. Significará compreender de que o Brasil depende, onde possui capacidade de escolha, em quais áreas precisa construir alternativas e como organizar o Estado para enfrentar riscos que já não respeitam as antigas divisões entre economia, segurança, defesa e política externa.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br



Seu voto vai durar 1.442 dias

Há quem pense que o voto no segundo turno é uma declaração de amor, um atestado de virtude ou um cheque em branco. Na verdade, é um instrumento de redução de danos. O eleitor maduro não pergunta qual dos dois candidatos o representa por inteiro, pergunta qual deles lhe causará menor prejuízo, qual terá mais dificuldade para ultrapassar os limites que a Constituição lhe impõe e qual estará mais exposto à fiscalização da imprensa, do parlamento e da própria sociedade. Que critérios, então, podem orientar essa comparação?

Histórico

O primeiro é o histórico. É o que um bom gestor faz. Deixa as fofocas de lado e averigua as ações efetivamente realizadas. Aquilo que o candidato fez quando teve poder diz mais do que o que ele promete quando precisa de votos. Currículo administrativo, processos, decisões de gestão e episódios de relação com a lei são informações públicas e verificáveis, e o eleitor que se dá ao trabalho de consultá-las já está um passo à frente da propaganda.

Propósitos

O segundo critério é o entorno. Ninguém governa sozinho: os nomes que cercam o candidato, os partidos que o sustentam e os interesses que financiam sua campanha são o melhor retrato do governo que virá. O terceiro é o respeito às regras do jogo. Um governante pode errar na economia, na saúde ou na educação e ser corrigido pelas urnas quatro anos depois; o que dificilmente se corrige é o desmonte de instituições, a captura de órgãos de controle e o desprezo pela alternância no poder.

Apatia estratégica

Há quem objete que, se todos os candidatos são igualmente maus, a escolha é um jogo de azar. A objeção é sedutora, mas falsa. Candidatos podem ser todos insatisfatórios sem serem equivalentes. Entre dois males raramente existe empate perfeito, e o exercício de identificar a diferença, ainda que modesta, é precisamente o que separa o cidadão do mero espectador. Dizer que “são todos iguais” costuma ser o refúgio confortável de quem não quer assumir a responsabilidade pelo desfecho; e é, por vezes, a tese preferida de quem se beneficia do desinteresse geral, pois uma população desmobilizada é a mais fácil de governar.

Liberdade

Convém, ainda, desconfiar de uma tentação simétrica ao desinteresse: a da idolatria. O eleitor que, cansado de decepções, projeta num candidato a figura do salvador está apenas trocando o cinismo pela ingenuidade. Nenhum governante, por mais bem-intencionado, resolve sozinho problemas que são estruturais, e quem promete o contrário já começou a faltar com a verdade. Votar no menos pior tem, nesse sentido, uma virtude pedagógica: como não há devoção a defender, não há constrangimento em criticar. O eleitor que votou sem ilusões conserva a liberdade de cobrar, de discordar e, se for o caso, de se arrepender sem culpa, e essa independência é a melhor proteção que o cidadão tem contra qualquer projeto de poder.

Suspeitas

Nada disso absolve o sistema. A desconfiança do eleitor tem lastro, e negá-la seria desonesto. Quando regras de inelegibilidade são flexibilizadas, quando prazos são encurtados e interpretações elásticas beneficiam justamente quem deveria estar sujeito ao filtro, a mensagem que chega ao cidadão é a de que a lei vale menos para quem tem poder. Quando decisões de tribunais superiores parecem ora rigorosas demais, ora lenientes demais, conforme o personagem, a sensação de insegurança jurídica contamina a própria legitimidade do pleito. E quando a Justiça Eleitoral acumula funções de regulação, fiscalização e julgamento, num arranjo que quase nenhuma democracia consolidada adota, o resultado é um árbitro que também escreve parte das regras, e é natural que isso gere suspeita.

Pressão organizada

A saída, contudo, não é a abstenção, e sim a pressão organizada e permanente. Se queremos candidaturas que reflitam o que deseja o cidadão cumpridor de suas obrigações, precisamos exigir reformas que hoje dormem nas gavetas: critérios mais claros e estáveis de elegibilidade, que não mudem ao sabor das conveniências do Congresso; transparência total no financiamento de campanhas e no uso dos fundos públicos partidários; democracia interna nos partidos, hoje controlados por cúpulas que escolhem candidatos longe dos olhos do eleitor; e prestação de contas mais rápida e compreensível, para que o voto possa ser avaliado com informação e não com palpite. Nenhuma dessas mudanças virá de quem se beneficia do estado atual das coisas. Virá, se vier, de uma sociedade que cobra, fiscaliza e, antes de tudo, comparece.

Compareça

Por isso, o apelo sincero que se faz neste segundo turno é simples e livre de ilusões. Informe-se sobre o histórico de cada candidato, desconfie das promessas fáceis e dos perfis fabricados, resista ao impulso do fígado e dê a palavra ao cérebro. Vote naquele que, pesados os fatos, represente o menor risco para as instituições, para o patrimônio público e para as liberdades. Não será uma escolha bonita, e ninguém precisa fingir que será. Mas é uma escolha que só nos pertence se a fizermos, e que será feita por outros se não a fizermos. Vote no menos pior; e, no dia seguinte, comece a cobrar o melhor.

» A frase que foi pronunciada

“As eleições pertencem ao povo. É a decisão dele. Se decidir virar as costas ao fogo e queimar o próprio traseiro, então terá que se contentar com as bolhas nos pés.”

Abraham Lincoln

» História de Brasília

O ministro Sampaio Costa entregou, ontem, a Sala dos Advogados no Bloco 6 da Esplanada dos Ministérios. Foi homenagear os advogados e receber a consagradora manifestação, transferindo-se a homenagem para a pessoa do presidente do Tribunal Federal de Recursos. (Publicada em 26/5/1962)



O SUS é inegociável



» CONFÚCIO MOURA
Médico e senador da República (MDB-RO)

O Sistema Único de Saúde (SUS) é inegociável. E é preciso dizer isso sem rodeios. Não porque esteja à venda, evidentemente, mas porque, de tempos em tempos, sofre golpes, vê seu valor questionado e precisa ser defendido daqueles que desconhecem sua dimensão ou subestimam sua importância para o Brasil.

O SUS está acima dos partidos, das disputas eleitorais e dos interesses circunstanciais da política. Nasceu de uma mobilização social, foi conquistado pela participação popular e se transformou em um dos mais importantes instrumentos de proteção da vida e de promoção da cidadania no país. É uma conquista do povo brasileiro e, como tal, pertence a todos.

Há uma ideia equivocada, repetida com frequência, de que os mais ricos não dependem do SUS. Dependem, sim. Talvez nem sempre percebam, porque associam o sistema público às unidades básicas de saúde, aos postos de atendimento e aos hospitais que acolhem diariamente milhões de brasileiros. Mas o SUS vai muito além disso. Ele está presente na vigilância sanitária, no controle de epidemias, nas campanhas de vacinação, na fiscalização de alimentos e medicamentos e em transplantes de órgãos, tratamentos oncológicos, hemodíalise, atendimento em unidades de terapia intensiva e fornecimento de medicamentos. Uma rede que alcança,

direta ou indiretamente, toda a sociedade.

Mesmo quem possui plano de saúde privado vive em um país cuja segurança sanitária depende, em grande medida, da atuação do sistema público. Quando uma epidemia ameaça a população, quando uma vacina precisa chegar aos lugares mais distantes ou quando é necessário organizar uma resposta coletiva a uma emergência de saúde, não há fronteiras sociais capazes de dispensar a importância do SUS.

O sistema não caiu do céu. Foi construído no braço, na persistência e na convicção de milhares de brasileiros. Sua origem está nas discussões das comunidades, nas universidades, nos serviços de saúde, nos movimentos sociais e nas décadas de luta de profissionais, pesquisadores, gestores e cidadãos que defendiam uma mudança profunda na maneira de compreender a saúde no Brasil.

Foi nesse ambiente que ganhou força o movimento da Reforma Sanitária Brasileira. A saúde não deveria ser privilégio de quem pudesse pagar por ela, nem benefício restrito aos trabalhadores formalmente vinculados à Previdência Social. Deveria ser reconhecida como um direito de todos e um dever do Estado.

Essa concepção encontrou um marco decisivo na Constituição Federal de 1988. A chamada Constituição Cidadã incorporou, em seu artigo 196, o princípio de que a saúde é direito de todos e dever do Estado. A partir dali, consolidou-se a base constitucional para a criação do SUS, regulamentado posteriormente pelas Leis nº 8.080 e nº 8.142, de 1990.

Essa conquista não teve um único autor. Não houve um herói solitário, mas muitos protagonistas, conhecidos e anônimos. A eles devemos reconhecimento.

Entre os nomes que merecem ser lembrados,

destaco Sérgio Arouca, uma das principais referências da Reforma Sanitária; Almir Gabriel, médico e senador que acolheu e defendeu propostas relacionadas à saúde pública no processo constituinte; além de Ézio Cordeiro, Eleutério Rodrigues Neto, José Aristodemus Pinotti, Saraiwa Felipe e tantos outros que contribuíram, em diferentes momentos e espaços, para essa construção. E é indispensável reconhecer também os trabalhadores da saúde e os movimentos populares, cuja participação deu sustentação social a essa transformação.

É fato que o SUS enfrenta dificuldades de financiamento, desigualdades regionais, filas, carência de profissionais em determinadas localidades e desafios permanentes de gestão. Reconhecer essas limitações é necessário. Falhas exigem correção, investimento, planejamento e fiscalização — não abandono.

O SUS também não pode ser tratado como propriedade de um governo ou de um partido. Governos passam, mandatos terminam e orientações políticas mudam.

É por isso que o SUS não pode ficar à mercê dos balanços eleitorais, nem sofrer arranhões provocados por interesses passageiros. Ele é uma política pública estruturante, um instrumento de justiça social e uma expressão concreta da solidariedade entre brasileiros.

O SUS é uma obra coletiva, democrática e permanente. Pode e deve ser aprimorado, mas não pode ser desfigurado nem tratado como moeda de troca. Sua existência traduz uma escolha civilizatória: a de que a vida humana tem valor e merece proteção.

Por isso, não há exagero em afirmar: o SUS é inegociável. Não pertence a governos, partidos ou grupos de interesse. É patrimônio inegociável do povo brasileiro.